

O NEGRO NO MUNDO DO TRABALHO: DESCONTENTAMENTOS E LUTA

Ana Paula YOSHIOKA¹

Eduardo Faria CLARET²

Resumo: Ao fim do processo de Abolição da Escravidão e da Instauração da República, o negro brasileiro se viu dentro de um novo regime que não expurgou as heranças do regime escravocrata. A relação de trabalho livre em que o negro foi submetido não alterou as condições de manutenção das desigualdades raciais e sociais. Nesse sentido, partindo das explicações científicas e literárias, passando pelas relações de trabalho degradantes estabelecidas ao longo da história, e terminando nos protestos organizados pelos grupos sociais negros, mostraremos que a condição precária do trabalhador negro e proletário ainda pode ser vista nos dias atuais, assim como o papel do Estado como mantenedor dessas condições e como aparelho repressor das manifestações contrárias ou reivindicatórias desta classe.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. Negros. Gari. Greve.

BLACK IN THE WORLD OF WORK: discontentment and fight

Abstract: At the end of the Abolition of Slavery process and the Founding of the Republic, the Brazilian black it turned into a new regime that does not purged the legacy of the slave regime. The free working relationship where the black was submitted did not alter the state of maintenance of racial and social inequalities. In this sense, based on the scientific and literary explanations, through the degrading working relationships established throughout history, and ending in the protests organized by black social groups show that the precarious condition of the black worker and proletarian can still be seen today, as well as the state's role as maintainer of these conditions and how repressive apparatus of contrary manifestations of this class

Keywords: Work. Blacks. Street sweeper. Strike.

Na segunda metade do século XIX, segundo Octávio Ianni (1987), a sociedade brasileira é governada pela contradição entre mercadoria e escravo. “É nessa época que a contradição entre o modo de produção e as relações de produção se torna aberta e incômoda.” (IANNI, 1987, p.14). A diferenciação interna do sistema social, como a divisão do trabalho e o aparecimento de trabalhadores imigrantes - em 1888, por

¹ Graduanda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara - SP - Brasil. 19800-901 - anapyoshi@hotmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara - SP - Brasil. 19800-901 - fariaclet@gmail.com

exemplo, quando a abolição foi estabelecida, a imigração do trabalhador europeu já havia acontecido de maneira notável em São Paulo e nas províncias do Sul, aliada ao desenvolvimento das atividades produtivas cria uma incompatibilidade na existência da mercadoria e do escravo, levando a racionalização da produção. Ao transformar-se em empresário, o fazendeiro pensa a fazenda como um empreendimento. Tal empreendimento se desenvolve enquanto ocorre uma ampliação dos setores não agrícolas. Há uma demanda por mão de obra, e dentro deste contexto há o trabalhador escravo e o trabalhador livre, envoltos numa redistribuição do mercado de trabalho que favorece este último. Dessa forma, “[...] o progresso possível do sistema econômico-social passou a depender (agora claramente) da eliminação do trabalhador da esfera dos meios de produção.” (IANNI, 1987, p.14).

Na cidade, a contradição entre mercadoria e escravo ganha significação política e social. As contradições vão sendo expostas a partir do momento em que a oposição entre cidade e campo se exhibe, assim como a oposição entre indústria e agricultura, onde os valores criados no espaço urbano contribuem para o desenvolvimento de uma campanha abolicionista. A partir disso até 1888, inicia-se uma discussão no tocante ao escravo passar a ser considerado trabalhador livre. E na visão empresarial obtida pela racionalização, a obtenção maior de lucro é viável a partir da superação da contradição mercadoria-escravo. A mercantilização do ser muda para a mercantilização da atividade do ser, ou melhor, de sua força de trabalho. Isso somente acontece quando o trabalhador se torna livre. É assim, então, que a contradição entre liberdade e escravidão é superada e a condição do escravo passa a ser de assalariado. É óbvio que tais processos não aconteceram de forma homogênea e linear. Houve conflitos, principalmente em relação à resistência dos fazendeiros em perceber os negros como trabalhadores livres. No entanto, o processo de transição ocorrido no país vem em conjunto com as transformações econômicas globais que atingem tanto as relações sociais como econômico-políticas. Isso principalmente na região sudeste, expoente da industrialização e do processo comercial do café, além da influência do crescimento do poder político e econômico.

Por fim o trabalho se torna um princípio positivo e regulador da sociedade. A inserção no mercado de trabalho levava o indivíduo a um status de cidadão. Embora isso se apresente de forma positiva para a sociedade em geral, o trabalho realizado pelos negros não possuía um caráter significativo, pois somente o status de trabalhador não superava as questões do racismo e das teorias raciais. A integração do negro ao mercado

de trabalho durante os primeiros anos após a Abolição, e obviamente durante a história, se deu de forma conflituosa. Os espaços de atuação da população negra foram sendo construídos e naturalizados a partir de mitos e de trabalhos científicos que se confrontavam com a questão do trabalhador livre.

Octávio Ianni em seu livro *Pensamento Social no Brasil*, ao se referir sobre a questão social de desigualdades entre as raças, trata o papel desempenhado pela literatura e pela ciência como elemento importante no agravamento ou consolidação dessas desigualdades. Afirma que a taxonomia aparentemente inocente de Raimundo Nina Rodrigues acabou por estabelecer uma seleção entre os puros e os impuros, os superiores e os inferiores. Atestava, a partir da ciência daquele tempo, a subalternidade negra. Em *Os Africanos no Brasil*, Nina Rodrigues (2010) defende a ideia de a inferioridade negra ser causada por uma “anomalia evolutiva”. Atesta ainda que dentro dessa escala evolutiva, os negros trazidos ao Brasil no período escravocrata, pertenciam a etnias da mais baixa posição, preocupando àqueles que pensavam a construção da sociedade brasileira. Esses negros, maioria bantos e hierarquizados por Nina Rodrigues como os mais inferiores na escala evolutiva, teriam maior dificuldade, devido a sua sabedoria pré-lógica, para alcançar o estágio de civilização, comprometendo o bom desenvolvimento da sociedade brasileira em formação.

Na esteira de Nina Rodrigues está Arthur Ramos (2001). Ambos têm uma perspectiva teórica que coloca a questão do negro no Brasil como um problema de saúde, porém, diferentemente de Nina Rodrigues que não acreditava na possibilidade de desenvolvimento civilizatório pleno dos negros, por basear sua defesa em fatores biologizantes, Arthur Ramos que realizava sua investigação sobre os negros segundo os preceitos da psicologia, defende que a elevação do negro ocorrerá através da educação. O autor alagoano acredita que a condição de pensamento pré-lógico dos negros alcançará um patamar mais elevado quando puder se desprender de sua cultura.

Além de estigmatizados por essas e outras teorias eugênicas e arianas predominantes do início do século XX, o negro pós-abolição, como já mencionado, ainda teve que enfrentar a desvalorização de sua mão de obra devido à política de imigração. A oligarquia cafeeira, detentora do poder estatal com a Proclamação da República, fundamentada no colonato de imigrantes europeus, redefine a forma de trabalho, tornando-a análoga ao modo de trabalhar dos colonos da Europa. Logo após a Abolição da Escravidão e a instauração da República, não houve por parte de nenhum governante ou do próprio Estado brasileiro em formação interesse em desenvolver uma

política de inserção do trabalhador negro na sociedade. Os negros, por não terem passado por um processo de socialização após séculos de trabalho servil, não conseguiram de imediato se adequar a esse novo modelo, ficando à margem do mercado de trabalho. Ocupam postos de trabalho rejeitados pelos europeus e pelos brancos brasileiros ou são levados à criminalidade.

Nos estados como São Paulo e Rio de Janeiro, onde havia nas primeiras décadas do século XX um elevado número de imigrantes, o trabalho doméstico foi o setor onde a população feminina de ex-escravos se concentrava em maior número. As mulheres ainda exerciam trabalhos de lavadeiras, vendedoras de ervas medicinais, benzeduras. Em relação à população masculina, as funções estavam concentradas na lavoura e no mercado urbano, como trabalhadores ambulantes, carroceiros. Tais setores eram os que tinham os menores salários e as piores condições adequadas ao trabalho (OLIVEIRA, 2005). Homens e mulheres negros eram inseridos no mercado de trabalho através das ocupações marginais. Depreciadas no círculo social, essas ocupações eram mal remuneradas e apresentavam condições de trabalho desfavoráveis e degradantes.

Logo, a classe trabalhadora negra, envolta num espaço de alto índice de crescimento demográfico, consequência do processo de imigração, de diversificação e ampliação do mercado de trabalho, e do processo de industrialização, teve que se concentrar nos setores que lhe eram possíveis para encontrar meios de ascensão social e representação cultural. A marginalização da população negra se desenvolveu fortemente no início do século XX. Apesar disso a transição entre o trabalho escravizado e o trabalho livre trouxe uma melhora significativa para a condição econômica, social e política do negro, porém, as dificuldades no contexto das leis escravistas foram substituídas pelas dificuldades do abandono e da exclusão após a assinatura da Lei Áurea.

As relações dos trabalhadores negros na cidade de São Paulo, por exemplo, eram marcadas pela “exclusão dentro da exclusão”. Havia a exclusão marcada pelas questões raciais e a exclusão econômica e social marcada pela lógica de exploração de uma classe sobre a outra. Apesar das condições gerais não serem favoráveis, algumas funções trabalhistas, ainda que menos importantes e menos valorizadas, permitiam a entrada no mercado de trabalho da população negra e uma relativa ascensão social, mas uma ascensão isolada, que não poderia ser levada em conta para exemplificar uma ascensão da população negra. “Essa população urbana era uma população marginal De um lado, pelo trabalho livre, aproximavam-se dos brancos e, de outro, pela cor, era

rejeitada da verdadeira sociedade.” (BASTIDE, 1971, p.141). O autor de *As Religiões Africanas no Brasil* (BASTIDE, 1971) retrata que essa ascensão do negro, devido sua passagem de escravo a assalariado, o forçava a se assimilar ao branco e aos valores dos brancos, perdendo com isso suas raízes trazidas da África. Segundo Bastide, as injustiças sofridas pelo negro devido sua condição racial, forma um ímpeto de revolta suscetível a se alastrar. E foi o que ocorreu.

A indignação negra em função das condições sociais, econômicas e culturais enfrentadas toma forma em vários momentos da história brasileira. A Guerra de Canudos, na Bahia, durante 1896 e 1897, destruí a comunidade constituída por diversos grupos sociais; indígenas, ex-escravos, sertanejos, em sua maioria negros, que se uniram como meio de escapar da exclusão social e econômica as quais estavam submetidos. Três expedições organizadas com ordem do Estado marcharam rumo á destruição do vilarejo. Houve brava resistência por parte dos sertanejos. Só na quarta expedição a população de Canudos foi derrotada, contabilizando a morte de 25 mil pessoas, composta em sua maioria por negros.

Outro exemplo é a Cabanagem. Revolta ocorrida entre 1835 e 1840 em região hoje situada no Estado do Pará, e que teve como força central a população de miseráveis composta por negros escravos e indígenas que residiam em cabanas nas margens dos rios da região. Os cabanos, como eram chamados, associaram-se nessa luta aos fazendeiros e pequenos comerciantes da região, ainda que os motivos de revolta fossem diferentes. Fazendeiros e comerciantes, insatisfeitos com o novo presidente escolhido para governar a província, almejavam maior participação política e administrativa. Já os colonos queriam melhores condições de vida, queriam oportunidades de inserção no mercado de trabalho e melhores condições de habitação. Queriam deixar de vivenciar o descaso por parte do governo central. Após cinco anos de intenso combate entre os cabanos e as tropas, põe-se fim a revolta deixando segundo estimativa histórica, 30 mil pessoas mortas.

Seis anos depois, ocorreu a Revolta da Chibata, em 1910, também no Rio de Janeiro. Foi organizada por marinheiros que lutavam contra as condições desfavoráveis de trabalho e os castigos corporais. Mais de 90 por cento dos marinheiros eram negros. Cerca de dois mil marujos se organizaram e tomaram vários navios, ameaçando atirar contra a cidade do Rio de Janeiro. Suas reivindicações eram o fim dos castigos corporais, aumento do soldo, melhores condições de trabalho e a garantia de que não seriam punidos pelo ocorrido. Após cinco dias, o Governo decreta o fim das chibatadas

e a anistia dos envolvidos, porém, em seguida, persegue os envolvidos, dentre eles o líder João Cândido, outros foram presos e mortos (AMARAL, 2011).

Essas insurgências, que tinham um caráter classista, além disso, se assemelhavam pelo fato de serem organizadas ou realizadas pela maioria de negros e pardos. Deserdados sociais que sujeitos a humilhação se rebelavam contra a ordem que os oprimia. A não superação das desigualdades, nem as de classe, nem as raciais, faz com que nossa realidade continue a mostrar levantes com essas características. É o caso da greve dos garis ocorrida no Rio de Janeiro em março de 2014.

Os trabalhadores de uma das categorias de trabalho mais degradantes e mais mal remuneradas, promoveram um verdadeiro levante contra as condições a que são expostos. A greve iniciada pelos garis durante o período de carnaval provocou uma situação caótica para a capital do Rio de Janeiro e rapidamente foi considerada ilegal. Marginalizar movimentos sociais é há tempos uma tática de Estado para desarticular as forças reivindicatórias e assegurar o controle do poder. Nesse caso em específico, o governo municipal da cidade, além disso, precisava manter sua imagem perante as centenas de turistas estrangeiros vindos para o carnaval. A articulação promovida pelo Estado para exaurir o movimento se intensifica com o anúncio dos processos de demissão dos funcionários que continuaram em greve³.

Uma característica interessante dessa manifestação é o seu caráter autônomo. Os garis romperam com seu sindicato por considerar que o mesmo não prezava realmente por seus interesses⁴. Os dirigentes do sindicato, na liderança há tempo considerável, acabaram se apegando aos valores da classe dominante, concordando com uma negociação que propôs um reajuste irrisório, favorecendo apenas a COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana)⁵.

Esse aspecto de intervenção estatal de maneira direta ou indireta nas tomadas de decisão dos movimentos populares pode ser encontrado também nos movimentos do início do Século XX. Nessa época foram fundados vários jornais de caráter educacional por parte da comunidade negra da época em várias regiões do país. Os jornais que contribuíram para a propaganda abolicionista pouco se articulavam pelos interesses do negro no pós-abolição. A preocupação era a de orientar o comportamento dos grupos e discutir problemas vivenciados pela população negra. Alguns exemplos disso são o

³ Comlurb(2014).

⁴ Garcia (2014).

⁵ Maia (2014).

jornal “O Bandeirante”, de 1910, em Campinas, e “O Menelick”, de 1915, em São Paulo. Após a década de 1930 a “imprensa negra” modificou seus objetivos originários e se movimentou no âmbito da reivindicação política (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988):

Em 1931, em São Paulo, foi criada a Frente Negra Brasileira (FNB), uma entidade nos moldes de um partido político. “A ideia da FNB era então integrar o negro aos padrões de comportamento predominantes na sociedade, para que assim pudessem superar as desigualdades sociais.” (AMARAL, 2011, p.84). Apesar disso, havia a intenção de luta contra projetos segregacionistas e principalmente apresentar a participação política como ferramenta para a superação das desigualdades. Outras entidades de mesmo nome surgiram em outros estados como Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais. Por ser uma entidade de caráter político-partidário, era natural que se desenvolvesse uma relação com o Estado brasileiro. Porém, a visão de Estado demiurgo trazia alguns problemas, pois o projeto nacionalista de Vargas atraía muitos indivíduos participantes da Frente que enxergavam uma “possibilidade de realização de muitos de seus anseios” por meio de relações com o Estado. Isso é visto durante a Revolução Constitucionalista de 1932, onde “a FNB tentou se manter isenta”, ocorrendo uma ruptura de alguns integrantes para formar a Legião Negra de São Paulo. Em 1936, a FNB se transformou em partido político, porém foi extinta durante o Estado Novo. Ou seja, as relações mantidas com o Estado só foram vistas como problemáticas quando a ditadura varguista se movimentou para censurar o jornal da FNB, “A Voz da Raça” (AMARAL, 2011). A mesma relação conflituosa com o Estado já fora vivenciada ao final da revolta da Chibata, em relação à perseguição aos envolvidos.

Isso também pôde ser revisto nos acontecimentos durante a greve de 2014. A autonomia dos garis frente ao sindicato indica que há essa mesma possibilidade de desarticulação do movimento em função de organizações que se tornam dependentes do Estado ou que se sujeitam às suas determinações, como por exemplo, no consenso por parte do “Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro” à demissão de funcionários que continuaram em greve⁶.

Como vimos, a passagem do trabalho servil para o trabalho assalariado, que se deu por uma questão capitalista, ocorreu sem que houvesse a preparação do negro para atuar nessa nova condição. Despreparado e estigmatizado pelas teorias do início do

⁶ Villela (2015).

século XX que atestavam sua condição de subalternidade, sua inserção ao mercado de trabalho se deu de maneira marginal. Num primeiro momento, após o fim do regime escravocrata, o que sobrava como ocupação, o que era rejeitado pelos brancos, era considerado “serviço de negro”. Eram esses os trabalhos destinados à maioria dos escravos. Geralmente trabalhos que requeriam intenso esforço físico ou que de algum modo eram vistos como degradantes pela sociedade. A função de coletor de lixo é uma dessas atividades depreciativas, em que o ato de trabalhar faz com que o sujeito sinta seu estado psíquico comprometido, sua subjetividade e sua condição humana sendo perdida. Com isso, acentua-se a sensação de inferioridade (VELOS; VALADARES; SANTOS, 1998).

Expande-se a economia e o desenvolvimento, mas não há repasse dos ganhos proporcionados por esses avanços às classes populares, que continuam em condições infamantes. Não por coincidência, nessa greve dos garis mencionada, a partir dos relatos e fotos contidas nas reportagens sobre o assunto, pudemos constatar que esse trabalho socialmente desprestigiado, continua sendo exercido por uma maioria de população negra ou parda. O negro, que por sua condição racial é visto pela sociedade como inferior, ao desempenhar uma função trabalhista depreciada, faz com sua imagem perante a si mesmo seja ignóbil.

No entanto, ainda existem setores do trabalho que se solidarizam com a questão. Assim como no período da Abolição em que “o verdadeiro apoio de massa à libertação dos escravos provinha de baixo”, quem apoiou a greve dos garis foi outra categoria prejudicada também por questões problemáticas de condições de trabalho, a dos professores. Dessa forma, pactuamos da ideia de Florestan Fernandes de que “afirmar-se somente pela raça pressupõe uma utopia”, pois “todos os trabalhadores possuem as mesmas exigências diante do capital”. Por outro lado, a questão racial, assim como a condição da mulher, por exemplo, são pontos a serem acrescentados à discussão e à luta de classes, pois, possuem um “fator revolucionário específico”. Assim sendo, haveria de se desenvolver através das dinâmicas de classe e de raça uma unidade que convergisse para um mesmo sentido de luta. Se para o pensamento do proletariado revolucionário o fim das classes sociais é um objetivo a se alcançar, no mesmo caminho existe uma “segunda abolição” a ser construída pelos negros para os negros (FERNANDES, 1989, p.55-64).

REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. P. **História do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.
- BASTIDE, R. O elemento religioso na luta social. In: _____. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1971. p.141-155.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Em busca da cidadania. In: _____. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. p.49-55.
- COMLURB anuncia demissão de 300 garis que mantiveram greve no Rio. **UOL**, Rio de Janeiro, 4 mar. 2014. Notícias, cotidiano. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/04/comlurb-anuncia-demissao-de-300-garis-que-mantiveram-greve-no-rio.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2015
- FERNANDES, F. Luta de raças e de classes. In: _____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.33). p.55-64.
- GARCIA, R. T. Greve de garis no Rio de Janeiro: da luta à vitória. **Global voices**. 11 mar. 2014. Américas. Disponível em: <<http://pt.globalvoicesonline.org/2014/03/11/greve-de-garis-no-rio-de-janeiro-da-luta-a-vitoria/>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- IANNI, O. Brancos e negros na formação da sociedade. In: _____. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3.ed . São Paulo: Brasiliense, 1987. p.9-134.
- MAIA, G. G. Garis fazem contra proposta para terminar greve no Rio de Janeiro. **UOL**, Rio de Janeiro, 8 mar. 2014. Notícias, cotidiano. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/08/garis-fazem-contraproposta-para-terminar-greve-no-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- OLIVEIRA, L. C. **As teorias raciais e o negro do pós-abolição às primeiras décadas do século XX**. 2005. 59f. Monografia (Graduação em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.
- RAMOS, A. O ciclo da magia: psicanálise do pensamento pré-lógico. In: _____. **O negro brasileiro**. 5.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001. p.306-322.
- RODRIGUES, R.N. Valor social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil, e dos seus descendentes. In: _____. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edeslstein de Pesquisa Social, 2010. p.287-298.
- VELOS, M. P.; VALADARES, J. C.; SANTOS, E. M. A coleta de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso baseado na percepção do trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.143-150, 1998. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7158.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

VILLELA, F. Comlurb anuncia demissão de 300 garis em greve. **EBC**, Brasília, 4 mar. 2015. Cidadania. Disponível em:<<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/03/comlurb-anuncia-demissao-de-300-garis-em-greve>>. Acesso em: 4 abr. 2015.